

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROPRIAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE URBANO MACAMBIRA ANICUNS EM GOIÂNIA-GOIÁS**

### **CONSIDERATIONS ON THE APPROPRIATION OF THE AREA OF THE URBAN PARK MACAMBIRA ANICUNS IN GOIÂNIA-GOIÁS**

**SANDRA CATHARINNE PANTALEÃO RESENDE**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UnB e Professora dos Cursos de  
Arquitetura e Urbanismo da PUC-GO e UEG.  
pantascp@gmail.com

**MARIA ESTER DE SOUZA**

Doutora em Geografia pelo IESA-UFG e Professora do Curso de Arquitetura e  
Urbanismo da PUC-GO  
maria.esteraq@gmail.com

**THYCIANE VENANCIO NOLETO DA GAMA**

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo e Iniciação Científica da PUC-GO.  
thycianenoleto.arq@gmail.com

**Resumo:** Este artigo visa abordar, o parque urbano Macambira Anicuns, como fragmento urbano do município de Goiânia-GO, e identificar as relações que o mesmo estabelece com a malha urbana. O parque é beneficiado pelo programa PUAMA traz inovações urbanas de alcance social e ambiental que refletem positivamente no conjunto da cidade. No entanto, os instrumentos legais precisam assegurar a preservação de cursos d'água e matas ciliares, entre outros elementos naturais. Os investimentos precisam ir além da construção de parques, pois tornam-se insuficientes e ineficazes se não houver políticas consistentes para manter o desenvolvimento sustentável e assegurar o que deve ser preservado. O Programa PUAMA promove um novo conceito de parque urbano por considerar questões sociais e ambientais, desprezadas por tantos anos e estabelece o primeiro passo para mudanças nas áreas de influência do Parque, tendo em vista as melhorias realizadas. Por meio de estudos realizados na Secretaria de Planejamento de Goiânia (SEGPLAN), Secretaria do PUAMA, Planos Diretores, legislações, livros, artigos e entrevistas e visitas ao Parque, permitiu verificar as influências políticas, sociais e econômicas que corroboram nas alterações morfológicas da malha urbana. Como resultado identificou-se que o Programa PUAMA tem sido um elemento estruturador para a correção das regiões onde se instala. Contribui para a recuperação e preservação de áreas, frente à problemas urbanos complexos.

**Palavras-chave:** Parque Macambira Anicuns. Parques Urbanos. Goiânia. Fragmentos Urbanos.

**Abstract:** This article aims to address the urban park Macambira Anicuns, as an urban fragment of the municipality of Goiânia-GO, and to identify the relationships that it establishes with the urban network. The park is benefited by the PUAMA program brings urban innovations of social and which reflect positively on the whole of the city. However, legal instruments need to ensure the preservation of watercourses and riparian forest, among other natural elements. Investments need to go beyond building parks as they become insufficient and ineffective if there are no consistent policies to maintain sustainable development and ensure what must be preserved. The PUAMA Program promotes a new concept of urban park considering social and environmental issues, neglected for so many years and establishes the first step for changes in the Park's areas of influence, in view of the improvements made. Through studies carried out at the Secretariat of Planning of Goiânia (SEGPLAN), Secretariat of the PUAMA, Executive Plans, legislation, books, articles and corroborate in the morphological changes of the mesh urban. As a result, it has

been identified that the PUAMA Program has been a structuring element for the correction of the regions where it is installed. It contributes to the recovery and preservation of areas, in the face of complex urban problems.

Keywords: **Macambira Anicuns Park. Urban Parks. Goiânia. Urban Fragments.**

## INTRODUÇÃO

Os impactos decorrentes dos avanços tecnológicos e do intenso crescimento urbano tem provocado uma profunda modificação na conduta, atitudes, costumes, interesses e hábitos das pessoas. Uma das consequências é a fragmentação do espaço urbano, haja vista o espraiamento urbano além da ocupação de fundos de vales e impactos ambientais. A necessidade do planejamento territorial e de políticas urbanísticas, não é uma característica exclusiva da contemporaneidade. As grandes aglomerações urbanas, onde se concentram tais fenômenos, passam a ser conhecidas como metrópoles, megalópoles, cidades mundiais ou cidades globais e, ainda, cidade genérica (KOOLHAAS, 1995). Desse modo, os transtornos urbanos se intensificam, decorrentes do crescimento das cidades. As diferentes intervenções do homem no crescente “espaço urbano” nem sempre foram pautadas em ações de controle e preservação ambiental, levando a uma série de problemas. Em paralelo, a expansão urbana, avançou áreas ambientais, sem quaisquer preocupações com as transformações da massa verde, inclusive das cidades novas.

Desde meados do século XIX, a busca por ordenar e “corrigir” os males da cidade caracterizam as ações de planejamento urbano. A crise urbana dos anos 1960, em consequência da urbanização acelerada, instigou o debate entre os arquitetos sobre a cidade e suas transformações. Os estudos urbanos têm intensificado e considerado os colóquios interdisciplinares como uma conjectura à apreciação dos elementos que envolvem suas reflexões, emergindo uma série de discursos que visam revisitar e ampliar a compreensão da cidade, especialmente, a contemporânea. É importante lembrar que o estudo da cidade passou por rupturas e transformações a partir das críticas às premissas modernistas, descritas por Le Corbusier na Carta de Atenas, síntese dos Congressos Internacional de Arquitetura (CIAM), e somente publicado em 1943. Eram conceitos utópicos, idealistas, e de certo modo ingênuos ao acreditar que somente pelo desenho urbano e leitura espacial do arquiteto e urbanista, poderiam criar um projeto paradigmático, como por exemplo a “Cidade Radiante”.

Ao estudar Goiânia, vemos com clareza as transformações ao longo do tempo, ocasionada pelo adensamento populacional e expansão urbana. A cidade foi se fragmentando e se espraiando,

conformando um eixo de desenvolvimento no sentido norte-sul. Nos demais sentidos, formaram-se as periferias ou áreas marginalizadas, pela ocupação não-planejada em maior parte destinada às habitações das classes menos favorecidas. Para minimizar a ocupação irregular nas áreas periféricas, foram propostos conjuntos habitacionais e a verticalização da área central, modificando a escala volumétrica e as relações morfológicas. A malha urbana de Goiânia passou a configurar pontos focais de grandes adensamentos e áreas de menor valor. O cinturão verde proposto, demarcado pelos Córregos Botafogo e Capim Puba foram substituídos por ocupações irregulares e novas áreas surgiram entre os diversos cursos d'água.

Ao estudar o Parque Macambira Anicuns, podemos identificá-lo como um elemento urbano estruturador de uma determinada região. O setor Faiçalville, sendo o primeiro beneficiado dos 131 bairros lindeiros ao parque, ganha de certo modo uma valorização de seu tecido devido à implantação do parque. As próprias diretrizes do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA, 2011), tem como objetivo consolidar os bairros por meio de infraestrutura urbana, e a implantação, numa segunda fase, de equipamentos urbanos (escolas, saúde, lazer, etc).

## **GOIÂNIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA EXPANSÃO E CONTEMPORANEIDADE**

O crescimento urbano de Goiânia ocorreu pelo aumento populacional e especulação imobiliária, entre outros fatores. Reconhecer a veracidade dos fatos que impulsionaram a expansão urbana e as relações socioambientais relativas ao processo é importante para compreender a inserção dos parques urbanos como elementos de reestruturação urbana, notadamente em áreas periféricas.

Goiânia é uma cidade considerada jovem se comparada a outras cidades brasileiras que tiveram seu início ainda no século XVI. Com apenas 84 anos, foi fundada em 24 de outubro de 1933, tornando-se a capital do Estado de Goiás. O intuito era aproximar a capital às áreas de maior desenvolvimento econômico, facilitando as conexões por sistemas rodoviários de circulação. A política nacional de Marcha para o Oeste<sup>1</sup> permitiu sua construção como capital política e administrativa de Goiás.

---

<sup>1</sup> Movimento no Governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, onde haviam muitas terras desocupadas.

Planejada para um núcleo inicial de 50 mil habitantes com propostas de expansão pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima. O projeto de Atílio teve como referências princípios de vanguarda da Europa e Estados Unidos, tendo como bases projetuais as cidades-jardins de Ebenezer Howard além dos park-ways, que promove o estilo “cidade parque”. Decorrente de ambições políticas e econômicas, o plano obteve diversas intervenções pela proposição de planos urbanísticos, de desenvolvimento urbano, e, posteriormente, planos diretores. A primeira, por Armando de Godoy, em 1937; seguida por Luís Saia, em 1962; Jorge Wilhelm, em 1971; Engevix Engenharia, em 1992; todos de certo modo tentaram imprimir novos desenhos urbanos em Goiânia (RIBEIRO, 2004).

No Plano de Luís Saia, encomendado pela Prefeitura em 1959, a cidade foi dividida em seis regiões: *Central, Campinas, Dergo, Macambira, Universitário e Meia Ponte*, com soluções para cada região. Posteriormente, na década de 1970, houve a contratação do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG), formulado pelo arquiteto Jorge Wilhelm, no qual vai estabelecer novos parâmetros para equilibrar a expansão da cidade. E na década de 90, a ENGEVIX elabora um novo PDIG. A Lei Municipal nº 010, de 30/12/91, que dispõe sobre o processo de Planejamento Urbano do Município é um instrumento resultante do PDIG.

Goiânia foi marcada por três períodos de urbanização (MOYSÉS, 2004), denominado pelos autores como “movimentos de urbanização” que leva em consideração os planos urbanísticos, os aspectos sociais, políticos e econômicos. Diversos estudos neste sentido têm desvendado as contradições existentes deste processo de planejamento da capital. Ela representa uma cidade inicialmente planejada e posteriormente “desplanejada” com seu processo de emancipação urbanística a partir dos anos 1950 (SANTOS, 2009).

Embora tenha sido planejada em seu início, o registro urbano atual codifica a falta de gestão no ordenamento territorial durante décadas. O crescimento demográfico acelerado da cidade se deu principalmente pelo intenso fluxo de imigrantes. Essa expansão territorial atingiu municípios vizinhos: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira, ocasionando o fenômeno conhecido como conurbação. Em decorrência desse crescimento urbano, desencadeou-se sérios problemas de impactos ambientais e sociais, no qual tem configurado uma nova paisagem urbana (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2015).

Outro aspecto importante e de grande relevância foram às alterações no âmbito das legislações urbanas que interferiram na dinâmica da cidade. À princípio havia um controle por

parte do poder público em manter o plano e uma expansão de forma harmoniosa, no entanto, à medida que legislações permitiram a expansão urbana e a ocupação de áreas periféricas, houve um espraiamento e a formação de bairros distantes do centro. A Lei municipal de nº 176, de 16/03/50, que surgiu em contraponto ao Código de Edificações, é um exemplo de como os interesses privados interferiam e tinham poder sobre os interesses públicos. Os proprietários de terra puderam lançar loteamentos sem a necessidade de infraestruturas. A partir de então, grande parte da área rural foi parcelada, dilatando o espaço urbano de Goiânia. Em específico, por exemplo, tem-se o parcelamento da Fazenda Macambira, localizada na região sudoeste, para a formação de novos bairros.

Os recortes de jornais (Figura 01) relatam de modo específico alguns problemas de infraestrutura urbana referente ao loteamento Faiçalville. Falta de energia elétrica, saneamento básico (água tratada e rede de esgoto), equipamentos (escolas, posto de saúde, entre outros), asfalto, transporte público, segurança para os moradores e roçagem foram as principais reivindicações de quem vivia no bairro ainda no seu início.



**Figura 01** – Recortes de jornais que mostram a falta de infraestrutura urbana no bairro Faiçalville, um dos bairros decorrentes do parcelamento da Fazenda Macambira.  
Fonte: SEPLAM, 2016.

Além destes itens básicos, havia ainda a preocupação com o Bosque às margens do Córrego Macambira. Em uma das manchetes dizia: “*Bosque está perdendo sua beleza frente à destruição*”, Jornal Diário da Manhã artigo nº5398, 1987 (SEPLAM, 2016). Rumo à desenfreada devastação do meio ambiente, o bosque, já naquela época mostrava os sinais da perda de suas características originais e naturais. Tornou-se um espaço de invasões, no qual moradores de baixa renda erguiam suas moradias na periferia da cidade.

Não era difícil até bem pouco tempo atrás se encontrar no bosque diversas aves e animais como anta, jabuti, frango d’água, patos, marrecos, garças e outros bichos. Mas agora, uma vez e outra pode ser visto algum vivente por ali. De longe o bosque se apresenta ainda muito bonito, principalmente enfeitado por seus colossais buritizais. Mas ao aproximar vê-se que a ação nefasta do homem está rateando-o para acudir suas

previsões. Ou quem sabe, em outros casos, pelo fato da desagregação provocada pelo homem ao ecossistema, ao meio ambiente, onde o homo sapiens tem dado mostras de que não é tão sábio assim, ou que lhe falta muito senso de humanismo e solidariedade para com sua própria vida e dos demais animais”. Jornal Diário da Manhã artigo nº5398, 1987 (SEPLAN, 2016).

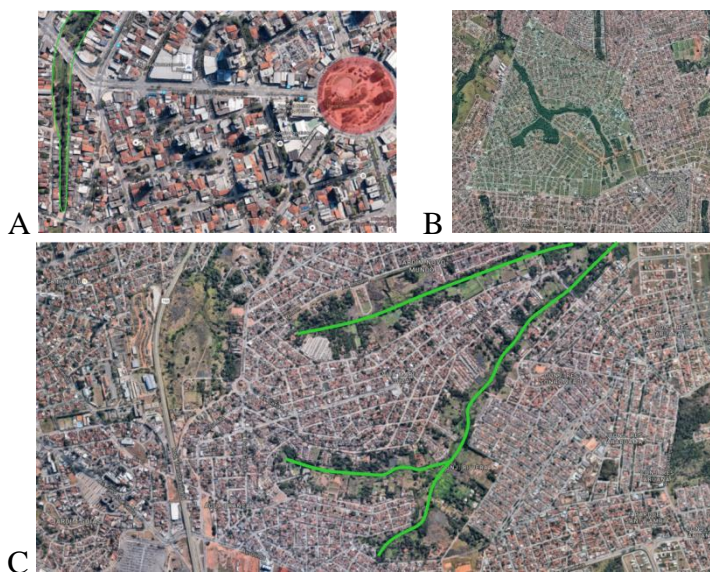
Nesse sentido, o poder público perdeu a gestão sobre a cidade e, como consequência, os espaços verdes, exigidos no atual Plano Diretor de Goiânia (2007), tornaram-se cada vez mais degradados e escassos. A periferia passou a ocupar áreas verdes que geograficamente ficam localizados distantes do centro, tornando-se em espaços segregados. Os elevados custos da terra, ocasionados pela iniciativa privada; fez com que as pessoas menos privilegiadas resolvessem seus problemas de moradia da pior maneira, por meio de ocupações irregulares e/ou indevidas. O Estado em contrapartida não cumpria sua função social de prover moradias para a população de baixa renda. A especulação imobiliária é a grande beneficiária, à medida que espaços vazios na malha urbana, à espera de valorização, contribui para a segregação do espaço urbano (SANTOS, 2009).

O Plano Diretor de 2007 tentou resgatar o projeto inicial de Atílio Corrêa Lima, ao adotar as bacias hidrográficas como parâmetro de planejamento. Estudos realizados pela Secretaria Municipal de Planejamento para a revisão do Plano Diretor identificaram os seguintes problemas ambientais recorrentes da época:

- a. Desmatamento excessivo da cobertura vegetal tanto de zonas rurais por meio da agricultura e pecuária, quanto na zona urbana, pelo parcelamento urbano.
- b. Poluição pluvial de rios que drenam a malha urbana, devido aos dejetos industriais e domésticos não tratados.
- c. Ocupação desordenada do solo urbano, com agravamento de processos erosivos e assoreamentos, proliferação de áreas de risco.
- d. Alterações climáticas, com a formação de ilhas de calor nas regiões mais densamente povoadas e impermeabilizadas.
- e. Poluição térmica por meio da grande quantidade de poluentes na atmosfera.
- f. Poluição visual pelo excesso de propagandas em outdoors, sobretudo no centro da cidade.
- g. Pontos críticos de engarrafamento e intenso tráfego de veículos.
- h. Degradação dos Parques e outras Unidades de Conservação.

Além dos problemas identificados pela própria prefeitura, o processo acelerado de urbanização repercute no meio ambiente, com o avanço da ocupação sobre matas ciliares e várzeas junto aos cursos d'água e o aumento da impermeabilização do solo. Em decorrência, as áreas que mais deveriam receber atenção no que se refere à preservação ambiental, foram sendo ocupadas com moradias, na forma de favelas ou invasões. Na figura 02 podemos observar este fenômeno em alguns locais de Goiânia.

Estes são problemas recorrentes, encontrados também pelo PUAMA<sup>2</sup> (2009) na implantação do Parque Macambira, o projeto vai além de soluções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas. Existe em seu escopo diretrizes para restaurar as áreas degradadas e consolidar as regiões de alcance do Parque, trazendo melhorias e soluções ambientais. Os objetivos gerais têm por finalidade equacionar e solucionar os problemas ambientais resultantes da ocupação desordenada, como as erosões e assoreamentos.



**Figura 02** – A) Córrego Capim Puba, B) Córrego Macambira, C) Córregos Palmito e Água Branca; todos mostram ocupações indevidas de moradias ocasionando impactos ambientais.

Fonte: GOOGLE, 2016; Org. GAMA, 2016.

Os objetivos específicos envolvem a melhoria das condições ambientais, de saúde, e vida da população residentes nas áreas de intervenções do Programa, além de aumentar a capacidade operacional e de gestão das Instituições Municipais envolvidas. Portanto o programa está definido em três eixos estruturais (Componentes do Programa):

<sup>2</sup> PUAMA: Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns corresponde a um conjunto de ações focadas na questão ambiental e sua sustentabilidade. Estas ações têm por objetivo resgatar as áreas de fundo de vale e de preservação ambiental que foram afetadas pelo intenso crescimento populacional de Goiânia.

- I. Organização Urbano Ambiental;
- II. Consolidação de Bairros;
- III. Sustentabilidade Social e Ambiental.

O primeiro componente visa dotar a região da infraestrutura necessária para a melhoria e o desenvolvimento da área de abrangência do Programa Macambira Anicuns.

O segundo componente compreende o financiamento das obras necessárias para dotar os bairros limítrofes na área de influência do parque. São projetos de infraestrutura urbana e social como: pavimentação de vias públicas, drenagem e iluminação de ruas; construção de equipamentos de ensino, de saúde e um centro de apoio psicossocial. Também podem ser financiados obras sociais como: centros comunitários, quadras poliesportivas, praças de jogo e ginásios cobertos.

O terceiro componente contribuirá para trazer melhorias operacionais e de gestão do município e promover a participação efetiva da comunidade, por meio de ações de fortalecimento da gestão ambiental e urbana, manutenção, monitoramento e capacitação.

Em busca do desenvolvimento sustentável, em 2008 a Prefeitura de Goiânia realizou uma revisão da Carta de Risco (IDTCO, 2008), no qual foram elaborados documentos que delinham a cidade pelo eixo da sustentabilidade, conhecido como Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). O ordenamento territorial, proposto no Plano Diretor de 2007 estabelece para o município as macrozonas seguindo os critérios ambientais de agenciamento espacial. Somam-se oito zonas, das quais sete são rurais, somando 38% do território total do município. Estas parcelas rurais ainda sofrem pressões para fins urbanos. Em decorrência deste fator, o ZEE surge como um instrumento de desenvolvimento integrado para subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental do desenvolvimento e do uso do território nacional em bases sustentáveis (PMG, SEPLAM, FMDU e IDTCO, 2008).

Em síntese, o ZEE de Goiânia analisa as fragilidades e potencialidades do uso da ocupação do território municipal, para prever o cenário futuro para implementação de políticas públicas em respeito à cidade nos aspectos sociais, econômicos políticos e meio físico-biótico. Através das Macrozonas definidas, o ZEE deve estabelecer os usos e ocupações do solo de cada Macrozona Rural a fim de orientar quais as atividades e empreendimentos poderão se desenvolver nestas áreas, para conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação e a conservação ambiental, e conseqüentemente interfere no abastecimento de água para a cidade.





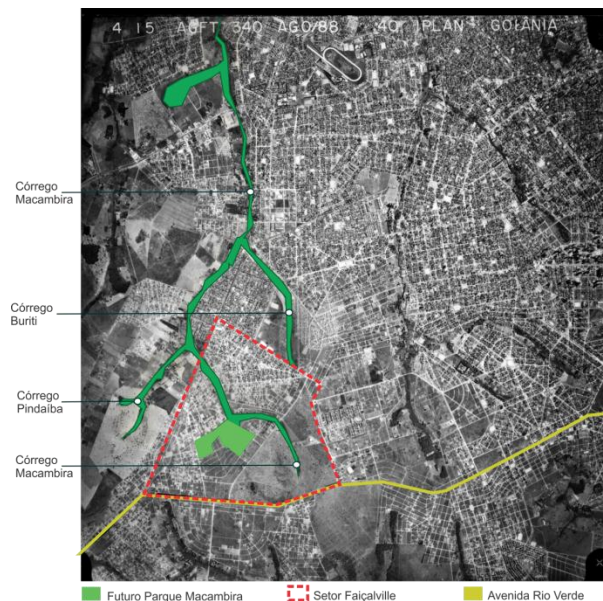
O bairro Faiçalville, é resultado de novos parcelamentos na década de 1980 e está dentre os maiores de Goiânia. O setor caracteriza-se pela baixa densidade de ocupação, cujo processo pode ser visto pelas fotogrametrias, nas quais se observa que na década de 1960 o bairro Faiçalville ainda não existia e a região era um vazio urbano.



**Figura. 05** – Imagem Ortofoto de Goiânia em 1961.

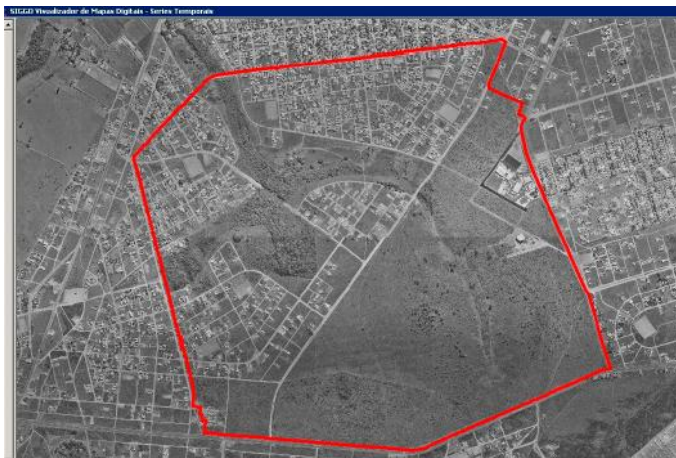
Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, Sistema SIGGO – Visualizador de Imagens Digitais; Org. GAMA, 2016.

O segundo mapa que data de 1988, apresenta outra paisagem, decorrente do crescimento após a década de 1960. Em pouco mais de 15 anos Goiânia se expandiu, atingindo o limite com o município de Aparecida de Goiânia. O entorno do Faiçalville e o próprio bairro ainda eram repletos de vazios urbanos.



**Figura 06** – Vista aérea de Goiânia em 1988.

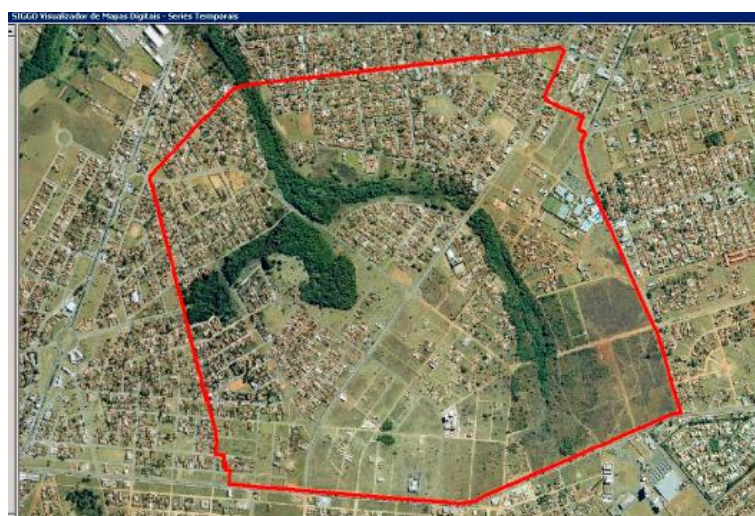
Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, Sistema SIGGO – Visualizador de Imagens Digitais; Org. GAMA, 2016.



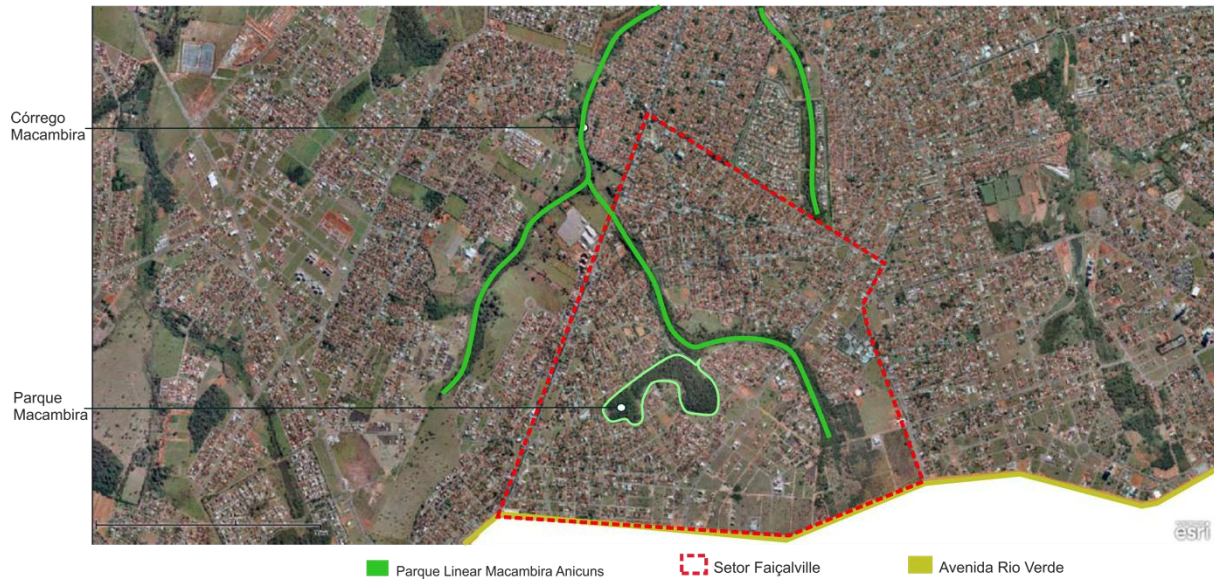
**Figura 07** – Vista aérea do loteamento Façalville em 1992. Fonte: SILVA, 2013.



**Figura 08** – Vista aérea do loteamento Façalville em 2002. Fonte: SILVA, 2013.



**Figura 09** – Vista aérea do loteamento Façalville em 2006. Fonte: SILVA, 2013.



**Figura 10** – Vista aérea de Goiânia em 2011.

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia, Sistema SIGGO – Visualizador de Imagens Digitais; Org. GAMA, 2016.



**Figura 11** – Vista aérea de Goiânia em 2016.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2016; Org. GAMA, 2016.

Pelas figuras 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, pode-se observar que o bairro se formou às margens do Córrego Macambira, com ocupações indevidas nas áreas de preservação ambiental e fundos de vale, problema recorrente em Goiânia.

O Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (PUAMA) corresponde a um conjunto de ações focadas na questão ambiental e sua sustentabilidade. Estas ações têm por objetivos resgatar as áreas de fundos de vale e de preservação ambiental que foram afetadas pelo intenso crescimento populacional; e a recuperação nas áreas de influência da bacia do Córrego Macambira e Ribeirão Anicuns no qual se encontram poluídos. Esta bacia drena aproximadamente 70% da área urbana, sendo a maior bacia de Goiânia. O Programa prevê: Parque Linear de 26,5 Km de extensão; Parque Macambira (25,5 ha); Parque da Pedreira (10,2 ha); Cerca de 120 bairros na área de influência dos Parques; Recuperação de áreas degradadas e reconstrução da paisagem ambiental urbana; Obras de infraestrutura nos bairros de alcance do Parque (pavimentação, drenagem, iluminação, escolas, unidades de saúde, centros comunitários, quadras poliesportivas, ginásios cobertos, etc), (PUAMA, 2015).

## **DISCUSSÃO - ANÁLISE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE MACAMBIRA ANICUNS**

O PUAMA define diretrizes que trarão melhorias às regiões afetadas, além das áreas de recuperação para reserva e preservação ambiental. Entretanto, por décadas viu-se a ocupação nas margens dos cursos d'água e áreas de risco, por residências, comércios e indústrias. O processo de degradação criou uma paisagem de condição imprópria e insalubre de risco à saúde pública, que dificulta a reurbanização destas áreas, o que pode ser verificado nas figuras 12 e 13.

Na década de 1960, a cidade de Goiânia teve um crescimento exponencial, que trouxe uma série de implicações: o alto crescimento populacional que resultou na necessidade de uma política de adensamento da malha urbana periférica e estratégias da expansão para os próximos anos. Segundo Sandra Sarno (2009), estes fatores fizeram com que a cidade expandisse de forma desordenada, pela intensidade de novos loteamentos, em sua maioria para atender interesses privados. O Faiçalville é resultado destas variantes na década de 80, bairros como Novo Horizonte e Jardim Vila Boa impulsionaram o surgimento de novos loteamentos na região Cascavel/Macambira.

Apesar desta realidade, o Programa Macambira-Anicuns objetiva fortalecer a política de desenvolvimento sustentável de Goiânia, com ações que abrangem o meio ambiente, habitação, urbanização e sistema viário. Este é um grande desafio, porque a área do programa já se encontra urbanizada, e deverão ser removidos, os moradores e comerciantes que se encontram em áreas de risco; para a construção do Parque linear e de três Parques Ambientais Urbanos (Macambira, Pedreira do Morro e Parque das Águas). O programa prevê ações indenizatórias para o programa de remoções de famílias que exercem atividades produtivas de pequenos negócios.



**Figuras 12 e 13** respectivamente – áreas degradadas para recuperação ambiental.  
Fonte: PUAMA, Goiânia, 2011.

Esta é uma situação um tanto delicada, porque a obra durante o ano de 2015 ficou à mercê dos processos de desapropriações. Segundo entrevistas de moradores dadas ao jornal O POPULAR (2015), o impasse da população local era referente aos valores considerados baixos e injusto dos lotes da quadra 86-A da Alameda Santa Rita. As questões chegaram à processos judiciais.

De um lado, vê-se o morador e comerciante em busca dos seus direitos e, de outro, a Prefeitura Municipal de Goiânia representada pelo PUAMA para avaliar a legalidade de cada situação. Este caso em específico trata-se de um parcelamento irregular, no qual a quadra 86-A obstrui uma área de APP (Área de Preservação Permanente). Segundo o coordenador do

PUAMA, Nelcivone Melo; das 65 famílias afetadas, até a data da reportagem, ou seja, o ano de 2015, três famílias aceitando a proposta de negociação do PUAMA; além disso, explicou que trata-se de negociações demoradas. Durante toda a implantação do Parque haverá este tipo de impasses que já foi previsto pelo Programa.

Antes da construção do Parque Macambira o bairro não possuía melhorias que compõem a infraestrutura urbana básica e que promova qualidade de vida adequada. Segundo o repórter Leon Carelli do Jornal Diário da Manhã, em entrevista aos moradores em 2016, uma das principais reclamações é o “esquecimento” da região por parte do poder público. Os aspectos negativos, ainda são os mesmos dos recortes de jornais das décadas de 1980 e 1990, no qual se resumem à falta de segurança, desleixo para com o meio ambiente, deficiência do transporte público, a existência de lotes vagos; falta de escola, posto de saúde, pavimentação asfáltica, rede de água tratada e rede de esgoto. No entanto ainda assim, os moradores gostam do bairro devido sua localização e proximidade dos bosques e Av. Rio Verde; e enxergam a possibilidade do progresso com o PUAMA.

Por meio das discussões acerca da apropriação e valorização dos espaços verdes de Goiânia, em específico o caso do PUAMA; buscou-se compreender os elementos estruturadores para a formação e/ou deformação do espaço urbano. Assim, evidencia-se o que pode corroborar na dispersão urbana e consolidação da cidade. A compreensão destes espaços, permite verificar as influências política, sociais e econômicas das alterações morfológicas da malha urbana e os fenômenos que surgem ao longo dos anos.

Do ponto de vista ambiental, o projeto propõe a recuperação de áreas de preservação e a criação de Unidades de Conservação Ambiental, totalizando mais de 3 milhões de metros quadrados de áreas a serem recuperadas e preservadas.

Com respeito à gestão, existe o que se denomina de “gestão compartilhada do processo de desapropriação e remanejamento”, por meio de mecanismos de participação popular. Mecanismos operacionais que garantem o controle econômico e físico dos processos. No tocante à sustentabilidade social e institucional, o programa prevê as seguintes ações: fortalecimento da gestão ambiental urbana; educação ambiental e comunicação urbana e gestão da manutenção urbana.

A primeira etapa do projeto foi implantada no setor Faiçalville que possuía em seu aspecto ambiental, áreas degradadas por lixos e resíduos sólidos descartados aleatoriamente em suas

ruas, avenidas, praças e fundos de vales. O cenário foi alterado, por pista de caminhada, ciclovia, parque infantil, núcleos de bem-estar com bancos e bebedouros, além da vegetação preservada na parte interna.

## **CONCLUSÃO**

A concepção do programa traz grandes inovações urbanas de alcance social e ambiental, que refletem positivamente no conjunto da cidade. No entanto vale ressaltar, que apesar do problema de crescimento e urbanização da metrópole goianiense, no âmbito legislativo, os instrumentos legais precisam assegurar de fato a preservação de cursos d'água e matas ciliares de Goiânia. E os investimentos de recuperação e preservação precisam ir além da construção de parques, plantio de árvores e flores tropicais. As ações de preservação e sustentáveis, se tornam insuficientes e ineficazes se não houver políticas consistentes para manter o desenvolvimento sustentável e assegurar o que deve ser preservado.

O Programa promove um novo conceito de parque urbano, considerando não só as áreas de uso da população, mas as questões sociais e ambientais que têm sido desprezadas por tantos anos. Frente à situação de impacto ambientais, as propostas geram alcance social e ambiental, com reflexos para a cidade como um todo. No entanto, os benefícios do PUAMA se efetivarão à longo prazo, quando todo o conjunto de ações forem concretizados.

Com as intervenções do parque Macambira que integra o PUAMA, a tendência é que haja valorização imobiliária, e um possível progresso no bairro Faiçalville e região. À curto prazo, após a inauguração do Parque já tem sido possível observar mudanças na região, por meio da infraestrutura que foi construída. A consolidação do bairro ainda será um processo, à medida que os equipamentos urbanos (escolas, posto de saúde, centro comunitários, entre outros) forem executados.

Em paralelo, o PUAMA deve promover a conscientização da população local em participar de debates e ações de preservação do parque e entorno, como foi definido em suas propostas. De maneira geral, a metodologia do PUAMA deverá integrar a proposta ambiental e social com os aspectos que propiciem qualidade de vida, através dos investimentos necessários à região como: saúde, educação, lazer, segurança, etc. O Programa PUAMA estabelece o primeiro passo para mudanças paliativas nas áreas de influência do Parque Linear, tendo em vista as melhorias que trarão à longo prazo.



## REFERÊNCIAS

DBO ENGENHARIA LTDA. **Estudo de impacto ambiental:** Projeto Macambira-Anicuns. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia / DERMU, 2004.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Configuração do Setor Façalville.** Disponível em: <<http://www.dm.com.br/cotidiano/2016/01/configuracao-do-setor-faicalville.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GOIÂNIA. AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/html/amma/>>. Acesso em: 7 jul. 2016.

GOIÂNIA. **Plano Diretor de 2007.** Goiânia: SEPLAN, 2007.

GOIÂNIA. **PUAMA** – Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns. Disponível em: <<https://www.goiania.go.gov.br/shtml/puama/principal.shtml>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

GOIÁS (Estado). Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste (IDTCO). **Revisão e detalhamento da carta de risco e planejamento meio físico do município de Goiânia.** Goiânia: IDTCO, 2008. (volume II – Relatório Síntese da Macrozona Rural do Alto Anicuns).

GOIÁS (Estado). Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro Oeste (IDTCO). **Zoneamento ecológico-econômico do município de Goiânia.** Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2008.

GOIÁS (Estado). **PDIG/2000** - Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia. Goiânia: IPLAN, 1992.

MAU, B; KOOLHAAS, R; SIGLER, J. **Small, medium, large, extra-large:** office for metropolitan architecture. New York: Monacelli Press, 1995. 1344p.

MENDES, E. F. **Expansão urbana de Goiânia:** região Macambira/Cascavel – aspectos socioeconômicos e ambientais no Setor Façalville. Anápolis, [s. n.], 2009.

MOYSES, A.; BORGES, E. M. **A negação do lugar e a recriação da cidade: condomínios horizontais fechados na metrópole goianiense.** Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt02-23/1770-aristidesmoyses-a-negacao/file>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MOYSES, A; BORGES, E. M. **A produção de territórios segregados na região noroeste de Goiânia:** uma leitura sócio-política. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/arimoyeses\\_tersegreg.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/arimoyeses_tersegreg.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MOYSÉS, A. **Goiânia, metrópole não planejada.** Goiânia. EdUCG, 2004.

NASCIMENTO, D. T. Ferreira; OLIVEIRA, I. J. Mapeamento do processo histórico de expansão urbana do município de Goiânia – GO. **GEOgraphia**, v.17, n. 34, p. 141-167, 2015.

NASCIMENTO, M. A. L. S. Geomorfologia do Estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, 1991.

O POPULAR. **Impasse nas desapropriações**. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/impasse-nas-desapropria%C3%A7%C3%B5es-1.749392>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

O POPULAR. **Prefeito inaugura dois parques do projeto Macambira Anicuns**. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/vida-urbana/prefeito-inaugura-dois-parques-do-projeto-macambira-anicuns-1.971689>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

OLIVEIRA, M. M. B. O padrão territorial de Goiânia: um olhar sobre o processo de formação de sua estrutura urbana. **Portal Vitruvius Arqtextos**, ano 6, n.65, out 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.065/419>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: EdUnB, 2006.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: EdUCG, 2004.

SANTOS, S. S. R. **Cidade, território e requalificação urbana: programa Macambira-Anicuns na metrópole goianiense**. Goiânia: [s. n.], 2009.

SILVA, J. B. **Parque linear Macambira-Anicuns: uma concepção de sustentabilidade**, Setor Façalville, Goiânia. Goiânia, PUCGO, 2013.